

O Conselho Nacional de Justiça, por meio do Departamento de Pesquisas Judiciárias - DPJ, torna público o **calendário de apresentações dos trabalhos técnicos selecionados** para apresentação nos Seminários de Pesquisas Empíricas Aplicadas a Políticas Judiciárias – 2026/2027.

Os eventos ocorrerão no **formato virtual às quintas-feiras, das 17h às 19h**, por meio da Plataforma Cisco Webex e contarão com a participação de apresentadores, debatedores e mediadores, com transmissão também via *Youtube*.

Os participantes deverão confirmar presença no evento respondendo ao e-mail convite, que será enviado ao e-mail cadastrado na inscrição e conterá maiores informações.

Seguem as datas de apresentação:

	TEMA	DATA	TÍTULO	AUTORAS(ES)
1	<b>VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER</b>	<b>12/mar 2026</b>	Heterojustice and domestic violence between queer women in Belo Horizonte, Brazil	Samantha Nagle Cunha de Moura
2			Grupo reflexivo de homens: o que revelam os autores de violência contra a mulher, no Marajó oriental	Andréa Albuquerque Myrla Cristina Soares Licio Coelho Andrade
3			O processo de tomada de decisão de jurados em casos de feminicídio	Gabriela Perissinotto de Almeida
4			A percepção das mulheres atendidas nos JVDPM sobre a atuação do Poder Judiciário	Myrian Caldeira Sartori Adalmir de Oliveira Gomes
5	<b>MULHERES NO SISTEMA DE JUSTIÇA</b>	<b>26/mar 2026</b>	Relatório de Pesquisa Dificuldades na Carreira da Magistrada 2025	Fernanda Paixão Araújo Pinto
6			Ação afirmativa de gênero na carreira da magistratura brasileira: avanços e reveses da Resolução n. 540/23 do Conselho Nacional de Justiça	Mariana Rezende Yoshida Salise Monteiro Sanchotene
7			Mulheres na magistratura: percepções e desafios sobre dinâmicas de poder implicadas ao exercício da magistratura por diferentes perfis de juízas	Priscila Coelho
8			Profissionalismo e diferença de gênero na Defensoria Pública do Rio de Janeiro	Maria Carolina Loss Leite
9	<b>JUSTIÇA CRIMINAL</b>	<b>09/abr 2026</b>	Fortalecendo vias para as alternativas penais: um levantamento nacional da aplicação do acordo de não persecução penal no Brasil	Manuela Abath Valença Marília Montenegro de Mello
10			A aplicação do princípio da insignificância pelo Supremo Tribunal Federal nos crimes de furto: criminalização secundária e seletividade	Camila Ribeiro Hernandes Alessandra Rapacci Prado

11			Teoria da imputação objetiva e sua funcionalidade no cenário brasileiro: um estudo jurisprudencial da sua aplicação nos TJ's	Jônica Marques Aragão Bruna Érica Diógenes Lívia Oliveira Almeida Pedro Lucas de Almeida
12	<b>ACESSO À JUSTIÇA PARA POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS</b>	<b>23/abr 2026</b>	Relatório do Mutirão de Atendimento às pessoas indígenas presas na Penitenciária Estadual de Dourados – 26 a 30 de julho de 2023	Bruna Hoisler Sallet
13			O povo indígena Pankararu e a interação com o sistema de justiça formal	João Vitor Sales Zaidan
14			Judiciário na Amazônia e povos tradicionais: Governança local e acesso à justiça	José Gomes De Araújo Filho
15	<b>ADOÇÃO E DIREITOS REPRODUTIVOS</b>	<b>07/mai 2026</b>	Devoluções nas adoções nacionais e internacionais: Estudo com base nas experiências do Brasil e Itália	Cristiano Diniz da Silva
16			Adoções diversas: pesquisas a partir da expertise profissional no PJSC	Fernanda Ely Borba
17			O direito de não ser mãe: justiça reprodutiva e a entrega voluntária no Brasil	Isabely Fontana da Mota
18			“Nós somos gente... nós pode ser mãe...”: existências e resistências à retirada compulsória de filhas/os pelo estado	Gracielle Feitosa de Loiola
19	<b>DIREITO DE FAMÍLIA</b>	<b>21/mai 2026</b>	A mediação nas ações de família: uma (re)análise da atuação judicial à luz do pensamento sistêmico e da interdisciplinaridade	Carmen Lúcia Rodrigues Ramajo
20			Circulação de Decisões de Divórcio: Homologação e Cartas Rogatórias no Superior Tribunal de Justiça	Marcos Vinícius Torres Rafael Barroso Felipe Rocha Thiago Klein
21			Alienação parental como ferramenta de “lawfare”: um estudo sobre a justiça subnacional e a perpetuação da violência de gênero no Tribunal de Minas Gerais	Ludmila Mendonça Ribeiro Alessandra Abrahão Costa Alessandra Mendes França Mariana Elis Gomes Leandro dos Santos Ferreira Mariana Avelar Cotta Glória Gabrielle Miranda
22			A concepção de maternidade nos processos de destituição do poder familiar: uma análise interseccional	Samara Freire do Nascimento

23	<b>DIREITO AMBIENTAL</b>	<b>11/jun 2026</b>	A audiência pública ambiental e acesso a ordem jurídica célere e justa: um estudo de caso sobre a experiência da conciliação e da participação social na 6ª Vara Federal de Florianópolis	Marcelo Kras Borges
24			A incidência do mercúrio nos Tribunais Regionais Federais e Tribunais Regionais do Trabalho	Linara Oeiras Assunção Cristina Terezo Ribeiro Sílvia Maria Loureiro Lidiane Nascimento Leão
25			Políticas públicas, direito e desenvolvimento: estudos críticos sobre saúde, ambiente, gênero, governança digital e segurança	Ressú Ferreira Pires Luciano Athayde Chaves
26			O Ciclo da Litigância Climática no Brasil: entre o Direito e a Política	Ana Carolina Casto Cristiana Losekann
27	<b>DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+</b>	<b>25/jun 2026</b>	As diretrizes do CNJ como política pública para a população LGBTI+: uma análise da implementação pelos tribunais de justiça brasileiros	Morgana Bastos Guerreiro Gustavo Raposo Pereira Feitosa
28			Respostas judiciais para casos de LGBTFobia no Brasil	Thiago de Souza Amparo Adilson José Moreira Dennis Pacheco Chiara Mori Passoni
29			O direito à intimidade: discurso, sexualidades e masculinidade no centro socioeducativo de Governador Valadares/MG	Iasminne Rodrigues Pereira Beatriz Corrêa Camargo
30	<b>JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE</b>	<b>06/ago 2026</b>	Saúde e direito na pandemia de Covid-19: A judicialização da política pública no Rio Grande do Norte	Raquel Maria Silveira Flávio Luiz Cavalcanti Edson Lucas dos Santos
31			Estudo empírico sobre a efetividade da prestação jurisdicional nas tutelas provisórias de urgência das demandas de assistência à saúde na comarca de Sobral/Ceará com o advento do processo judicial eletrônico	Gessica Moura Fonteles Sebastião Patrício Mendes da Costa
32			Estratégias para a desjudicialização do acesso a bens e serviços públicos de saúde no estado de Minas Gerais: Propostas de aperfeiçoamento das políticas públicas a partir do estudo dos processos judiciais, 2014 a 2020	Mônica Silva de Castro Iara Veloso Figueiredo Érika Ramos de Alvarenga Guilherme Lopes de Oliveira Enrico Antonio Colosimo Fausto Pereira dos Santos Rômulo Paes-Sousa
33			Núcleos de Apoio Técnico do Judiciário (NatJus): a criação de um sistema paralelo de avaliação de tecnologias em saúde	Bruno da Cunha de Oliveira Daniel Wei Liang Wang

34	<b>DIREITOS POLÍTICOS</b>	<b>20/ago 2026</b>	Exercício dos direitos políticos por pessoa com TEA: a invisibilidade a partir do cadastro eleitoral	Erick Oliveira Chaquian
35			O voto do preso provisório e do adolescente internado no estado do Tocantins	Guilherme Aires Loureiro
36			Comunicação inclusiva e não sexista na Justiça Eleitoral: representatividade da mulher na linguagem do Instagram	Sílvia Helena Dias dos Santos Cynthia Mara Miranda
37	<b>ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA</b>	<b>03/set 2026</b>	Acesso à justiça: um estudo dos obstáculos enfrentados pela comunidade surda	Mirella Correia e Sá Cavalcanti
38			Pessoas surdas e judiciário: (in)acessibilidade e direitos linguísticos no TJPE e TJCE	Mariana Marques da Hora
39			A inclusão da pessoa com deficiência através de concurso público: análise dos concursos realizados pelo Tribunal de justiça da Paraíba nos anos de 2008 e 2012	Lua Yamaoka Mariz Maia Pitanga
40	<b>DIREITOS DOS IDOSOS E INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA</b>	<b>17/set 2026</b>	Governança e gestão estratégica no Poder Judiciário: uma pesquisa aplicada no TRT da 21ª região: análise de práticas de gestão para pessoas com deficiência (PCDs) e pessoas idosas no TRT-21	Victor Humberto Santos de Souza
41			Sociabilidade intergeracional e velhice no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: a Corte tem idade	Germanne Rodrigues Matos Marisa Accioly Domingues
42			Pessoas com deficiência e inclusão no Poder Judiciário: o dever legal de contratação das empresas terceirizadas	Priscila Lopes da Silveira
43	<b>GESTÃO, GOVERNANÇA E INOVAÇÃO</b>	<b>08/out 2026</b>	Modelo de Avaliação para o Desenvolvimento de Projetos em Laboratórios de Inovação do Poder Judiciário	Palmyra Farinazzo Reis Repette
44			Futuros possíveis de processos de inovação para o Poder Judiciário a partir de experiências formativas	João Guilherme de Melo Peixoto Alex Sandro Gomes
45			Governança Judicial: o Papel dos Centros de Inteligência no Poder Judiciário	Dayana Cláudia Tavares Barros de Castro Rafaella Lopes Ferreira Jordânia de Sousa Gomes
46			Inovação na gestão de processos no Poder Judiciário, com o uso das ferramentas do Business Process Management – BPM	Wagner Márcio Marques Cabral

47	<b>GESTÃO, GOVERNANÇA E INOVAÇÃO</b>	<b>22/out 2026</b>	Políticas públicas judiciais de controle como instrumento de fiscalização dos comportamentos de magistrados e magistradas	Nélia Mara Fleury
48			Assédio moral no judiciário: Prevalência e repercussões na saúde dos trabalhadores	Adriana Machado Pooli Janine Kieling Monteiro
49			Gestão Administrativa no Poder Judiciário sob a visão do Juiz-Gestor	Andreia Luiza Batista Cavalcanti
50			Construindo capacidades estatais no Brasil: o papel desempenhado pelos concursos públicos no recrutamento de quadros para o Estado brasileiro – O caso do Exame Nacional da Magistratura (ENAM)	André Gambier Campos Alif Pietrobelli Azevedo
51			Metas, controle e neoliberalismo no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará: uma análise a partir das noções de dispositivo e de biopoder	Stéfano Gonçalves Lima
52	<b>MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS</b>	<b>12/nov 2026</b>	Compromisso constitucional com a pacificação: provenção de litígios e tratamento adequado de conflitos Empresariais	Roberto Portugal Bacellar
53			A conciliação judicial é medida efetivada em valores inferiores ou superiores às condenações judiciais liquidadas?	Tadeu Guimarães Kangussu Junior
54			Direito e cidadania em debate	Ressú Ferreira Pires Luciano Athayde Chaves Sérgio Alexandre Moraes Braga Júnior
55	<b>JUSTIÇA RESTAURATIVA</b>	<b>26/nov 2026</b>	Reverberando Direito: Análise da experiência da Justiça Restaurativa no município de São José de Ribamar – Maranhão (2010 a 2023)	Antonilda Costa Oliveira
56			Análise Empírica da Integração da Justiça Restaurativa (JR) e Design Thinking (DT) na Redução da Violência Doméstica na Vara Criminal de Itapema - TJSC	Márcia Sarubbi Lippmann
57			Racismo estrutural e Justiça Restaurativa: uma análise crítica das formações promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça	Elaine Alves Silva de Santana
58			Diálogos entre Justiça Comunitária e Justiça Restaurativa: um estudo a partir da experiência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios	Anne Carolline Rodrigues Brito
59	<b>JUSTIÇA DO TRABALHO</b>	<b>10/dez 2026</b>	O trabalho análogo à escravidão no Tribunal Regional da 4ª região frente à jurisprudência internacional	Halandra Araujo Ferreira
60			Perspectivas sobre o acesso inclusivo à justiça do trabalho: uma investigação centrada no trabalhador em uma capital da Amazônia	André Luiz de Oliveira Verdi- Brum

61			Entre vozes e silêncios: a construção da política judiciária de tratamento adequado de conflitos na justiça do trabalho do Rio Grande do Norte	Ressú Ferreira Pires
62			O efeito paradoxo do precedente: análise empírica do aumento de litigiosidade sobre o "Benefício Social Familiar" no TRT18 após o julgamento do IRDR 24	Augusto Claudino Dias Narayana Teixeira Hannas Rodrigo Alves de Oliveira
63	<b>ATIVIDADE JURISDICIONAL</b>	<b>18/fev 2027</b>	A instrumentalização da convenção americana de Direitos Humanos pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça	Marcírio Barcellos Gessinger
64			O plenário virtual do Tribunal Superior Eleitoral no período 2019-2023: dinâmica e utilização da ferramenta da implementação à estabilização	Ulisses Levy dos Reis Maria Teodora do Amaral
65			STF na ditadura militar brasileira: um tribunal adaptável?	Heloisa Fernandes Câmara
66	<b>ATIVIDADE JURISDICIONAL</b>	<b>04/mar 2027</b>	Controle judicial de políticas públicas em tempos de pandemia: uma análise a partir dos conflitos sociopolíticos no Rio Grande do Norte	Érica Milena Leôncio Flávio Luiz Cavalcanti Raquel Maria Silveira Ana Mônica Ferreira
67			A Judicialização do Auxílio Emergencial: o Potencial do diálogo interinstitucional para ajustes das Políticas Públicas	Raquel Maria Silveira Flávio Luiz Cavalcanti Raquel de Carvalho Cardoso
68			Imparcialidade judicial e vieses cognitivos: uma análise empírica de situações que podem enviesar o magistrado no processo civil brasileiro	Alexandre Moura Alves de Paula Filho
69			Tutela Provisória de Urgência e Remédios Constitucionais: quais fatores aumentam ou diminuem as chances de concessão de liminares nos julgamentos de Mandado de Segurança na Seção Judiciária da Justiça Federal de Pernambuco?	Camila Borges de Oliveira José Mário Wanderley Gomes Neto Rafael Cândido Rodrigues da Silva Renan Francelino da Silva
70	<b>DIVERSIDADE DE GÊNERO</b>	<b>18/mar 2027</b>	A participação das Magistradas no Conselho Nacional de Justiça: números e trajetórias	Adriana Ramos de Mello Mariana Rezende Yoshida Marcela Santana Lobo
71			Pesquisa sobre a participação feminina no Tribunal Superior do Trabalho e no Conselho Superior da Justiça do Trabalho	Cristiano Siqueira Lima Elisa Sardão Colares Erlene Maria Avelino Marcelino Boaventura Priscila Aurora Landim Adriene Domingues Costa

72			Análise da percepção e aplicação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, do Conselho Nacional de Justiça, por juízes e juízas na Justiça Federal em Alagoas, em primeiro grau, entre os anos de 2022 e 2024 <b>*Observação: escolher um ramo de justiça ou apresentar todos dentro do tempo estipulado para uma apresentação</b>	Ana Clara Silva Nunes João Correia da Silva Neto Danyelle Eunice Peixoto Matheus Vasconcelos Maia Elaine Cristina Pimentel Andréa de A. Santa Rosa
73	<b>VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER</b>	<b>01/abr 2027</b>	Feminicídios: indicativos para a construção de políticas públicas de prevenção	Thiago Pierobom de Ávila Marcela Novais Medeiros Cátia Betânia Chagas Elaine Novaes Vieira Thais Quezado Magalhães Andrea Simoni Passeto
74			“Mãe morta, pai preso”: crianças e adolescentes em contextos de feminicídio no estado do Paraná	Priscilla Placha Sá Bruno do Amaral Machado Soraia da Rosa Mendes
75			Análise do discurso judicial em relação à mulher em situação de violência doméstica nos acórdãos do tribunal de justiça do estado do maranhão	Tatiana Amélia Soares Mendes
76			As bases democráticas do ressarcimento ao SUS dos custos dos serviços de saúde prestados à vítima de violência doméstica e familiar: estudo de caso de Manaus/AM	Évelin Staevie dos Santos
77	<b>ATIVIDADE JURISDICIONAL</b>	<b>15/abr 2027</b>	Entre o generalismo e o particularismo: quanto vale a vida?	Sérgio Bocayuva Dias Igor de Lazari Carneiro Carlos Alberto Bolonha
78			Arquitetura constitucional e efetividade: como a Densidade Normativa molda a Justiça Social	Eduardo Henrique Titão Motta
79			Poder Judiciário e conflitos fundiários: a atuação da Comissão de Soluções Fundiárias do TRF da 2ª Região	Mariana Trotta Quintans Francisco Trope Porto Cecília Café Baldani Taiana de Castro Sobrinho
80	<b>AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA E EXECUÇÃO PENAL</b>	<b>29/abr 2027</b>	O efeito das audiências de custódia no fluxo de processamento do sistema de justiça criminal	Ludmila Ribeiro
81			Direito sob custódia: uma década de audiências de custódia e o futuro da política pública de controle da prisão e prevenção da tortura	Fabio de Almeida Cascardo Helena Bellan Marina Dias Martim Schein Landgraf Sylvia Diniz Dias Vivian Peres da Silva

82			Relação dos marcadores sociais e a teoria do etiquetamento no Grupo de Diálogo Universidade, Cárcere e Comunidade/ TJAM, realizado no Centro de Detenção Penitenciário Feminino de Manaus-AM: um relato de experiência	Flávia Eugênia de Souza Márcio de Oliveira Pedro Trindade Valente
83			Política penitenciária nacional (1976-2018): arranjos institucionais e instrumentos de produção estatística	Carolina Cutrupi Ferreira
84	JUSTIÇA CRIMINAL	13/mai 2027	O racismo na política de drogas e a defesa social na Política Judiciária: uma Análise do Discurso das decisões de habeas corpus no Tribunal de Justiça de Goiás	Ícaro Melo Dos Santos
85			A urgência da prova pericial nos crimes de homicídio doloso e a defasagem estrutural da polícia científica no Paraná	Rodrigo Régnier Guimarães Clara Luci da Silva Eduarda Poliana Silva
86	ACESSO À JUSTIÇA	03/jun 2027	Educação e cidadania: o papel do acesso à justiça na formação de alunos da EJA no CEJA professor Paulo Freire	Victor Hugo Ferreira Cabral Bianca Gabriela Dias
87			Agenda 2030 e acesso à justiça na era digital: o papel dos PIDS na efetivação de direitos	Juliane Gloria Pavan Giovanni Olsson
88			Entre o silenciamento e a voz ativa: mulheres negras e acesso à justiça	Julia dos Santos Drummond
89			A Defensoria Pública da União e os obstáculos da segunda onda do acesso à justiça: testando correlações entre o orçamento público anual e o atendimento nesse órgão entre 2014-2023	Camila Borges de Oliveira José Mário Wanderley Gomes Neto Rafael Cândido Rodrigues da Silva Renan Francelino da Silva
90	DEMANDAS REPETITIVAS E LITIGÂNCIA PREDATÓRIA	17/jun 2027	Litigância predatória no poder judiciário: diagnóstico, riscos e desafios	Tiago Fontoura de Souza
91			Tratamento estratégico das demandas repetitivas dos litigantes habituais nos juizados especiais cíveis: estudo de caso do TJRN	Sulamita Bezerra Pacheco

Informações e atualizações sobre o evento estarão disponíveis na página <https://www.cnj.jus.br/poder-judiciario/chamadas-publicas/inscricao-de-trabalhos-tecnicos-para-apresentacao-nos-seminarios-de-pesquisas-empiricas-aplicadas-a-politicas-judiciarias/>.

Dúvidas poderão ser encaminhadas ao DPJ pelo e-mail [dpj@cnj.jus.br](mailto:dpj@cnj.jus.br) com o **Assunto: Seminários de Pesquisas Empíricas Aplicadas a Políticas Judiciárias 2026/2027.**

Brasília, 27 de fevereiro de 2026.